



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003688-16.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil**
 Requerente: **LUCIANA EMILIA FERREIRA FAUSTO**
 Requerido: **Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido passagens aéreas junto à primeira ré para viagem de ida e volta de Campinas a Salvador, bem como contratado com a segunda ré um seguro viagem.

Alegou ainda que houve inúmeros problemas quando deveria retornar, os quais descreveu com riqueza de detalhes.

Almeja ao ressarcimento dos danos materiais e morais que suportou.

As preliminares arguidas em contestação pela segunda ré não merecem acolhimento.

Com efeito, o relato exordial deixa clara a verificação de fatos que ao menos em tese poderiam caracterizar a responsabilidade da mesma por não ter dispensado o devido tratamento à autora quando passou por problemas no aeroporto de Salvador.

De outra parte, o processo transparece como alternativa útil e necessária para que a autora atinja a finalidade que deseja, presente por isso o interesse de agir.

Rejeito as prejudiciais suscitadas, pois.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

No mérito, contudo, a pretensão deduzida não vingará.

As inúmeras ocorrências relatadas pela autora na petição inicial não contaram com o apoio na prova documental amealhada.

Esta em momento algum conduz à ideia de que as rés não tivessem dispensado à autora o tratamento a que estavam obrigadas ou que a mesma passou por situação constrangedora que lhe teria rendido ensejo a danos morais passíveis de reparação.

Como se não bastasse, as partes foram instadas num primeiro momento a esclarecer se desejavam aprofundar a dilação probatória (fl. 82), permanecendo a autora silente (fl. 87).

A fim de que não se alegasse eventual futura nulidade processual, foi dada nova oportunidade a esse respeito, com a advertência de que a distribuição do ônus da prova se faria de acordo com as regras do art. 333 do Código de Processo Civil, porquanto ausentes os pressupostos do art. 6º, inc. VIII, do Código de Defesa do Consumidor (fl. 88), mas uma vez mais não houve manifestação da autora.

O quadro delineado evidencia que os fatos constitutivos do direito da autora não restaram comprovados.

Todos os problemas que teria sofrido em Salvador não foram demonstrados e nenhum indício sequer foi amealhado para ao menos conferir verossimilhança à versão ofertada.

Bem por isso, não se apurando com mínima certeza qualquer conduta irregular das rés, inexistente lastro para que elas indenizassem a autora na esteira do que foi pela mesma postulado.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 30 de dezembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**